Renata Cedraz Ramos Felzemburg

Direito Territorial, Agricultura Familiar e Biodiversidade

O Caso do Quilombo de Serra da Guia

Editora Lumen Juris Rio de Janeiro 2025

Sumário

1. Introdução 1
2. Metodologia9
3. Direito Territorial e a Comunidade Quilombola de Serra da Guia13
3.1. Contexto histórico, político, social e ambiental da territorialidade do Quilombo de Serra da Guia 18
3.2 Direito Territorial das Comunidades Tradicionais23
3.2.1 Conceito Legal de Comunidade Tradicional31
3.2.2 Direito à Consulta Prévia Livre e Informada 36
3.3 Conceito de Quilombo e a Constituição do Brasil (artigo 68 do ADCT)46
3.3.1 Os critérios de identificação do Decreto nº 4.887/2023 e os parâmetros adotados pelo STF na ADIN 3339/200451
3.4 Reconhecimento e demarcação da territorialidade específica da Comunidade Quilombola de Serra da Guia55
4 As dimensões da Biodiversidade sob a perspectiva dos modos de produção agrícolas59
4.1 A dimensão ecológica da biodiversidade e a interferência humana nos seus ciclos62

4.2 A dimensão econômica da Biodiversidade e a atividade exploratória do sistema capitalista72
4.3 A dimensão política da Biodiversidade e o pensamento hegemônico ocidental76
4.4. A dimensão humana da Biodiversidade e a diversidade epistemologia do mundo79
5 A tutela da Biodiversidade sob a perspectiva dos sistemas jurídicos internacional e brasileiro91
5.1 O patenteamento da vida94
5.2 A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e o sistema bilateral de acesso e repartição de benefícios 104
5.3 Marco Regulatório da Biodiversidade no Brasil 116
5.3.1 A Constituição Federal de 1988 e o Direito ao Meio Ambiente Ecologicamente Equilibrado117
5.3.2 A racionalidade econômica no uso da biotecnologia e o acesso aos recursos genéticos no direito brasileiro
6. Considerações finais 141
Referências